

# Escola Judicial: qualidade reconhecida

No dia 2 de julho, o Tribunal de Justiça de Minas empossou 11 novos juízes (foto). Durante quatro meses eles participaram do Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, ministrado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), cujo trabalho qualificado é reconhecido nacionalmente. O curso contou com aulas teóricas e práticas, bem como palestras, que abordaram temas essenciais à atuação dos novos magistrados, como "Lei Maria da Penha", "Direito Ambiental" e "Fixação da Pena", dentre outros. Confira.

Páginas 6 e 7

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - JULHO - 2009**  
**ANO 15 - NÚMERO 140**



# Perguntar e responder para criar soluções

O diálogo é “uma discussão, um perguntar e responder entre pessoas unidas pelo interesse comum da busca”. Essa definição do *Dicionário de Filosofia*, de Nicola Abbagnano, aplica-se muito bem a iniciativas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que buscam maior aproximação com o público interno e externo: os *Encontros Administrativos*, promovidos em comarcas-pólo do Estado; os *Encontros com a Imprensa*, realizados nas redações dos veículos de comunicação; o *Seminário Judiciário para Comunicadores* e o programa *Conhecendo o Judiciário*.

Neste ano de 2009, foram realizados seis *Encontros Administrativos*, com a participação do presidente Sérgio Resende e de gestores das diversas áreas do TJMG, reunindo magistrados e servidores das comarcas, por região. A ideia é aproximar a administração do Tribunal das equipes que atuam na Primeira Instância, conhecer a realidade, bem como ouvir e sugerir medidas para otimizar o uso de recursos públicos, debater experiências bem-sucedidas na área de gestão, planejamento estratégico e sustentabilidade.

A proximidade e o diálogo estão sendo enfatizados para buscar alternativas visando ao aprimoramento institucional e, especialmente, à melhoria do serviço prestado ao cidadão. Os encontros demonstram a opção por uma gestão participativa, com atenção para o clima institucional e para as soluções compartilhadas.

Por meio dos *Encontros com a Imprensa*, os superintendentes de Comunicação, desembargadores Alexandre Victor de Carvalho e Antônio Armando dos Anjos, estão indo às redações, para

prestar esclarecimentos sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, com espaço para debates e questionamentos. Houve ainda um encontro realizado no auditório do TJMG. Já foram realizados este ano seis eventos, reunindo jornalistas, assessores e estudantes de comunicação.

O objetivo dos encontros é facilitar a cobertura da Justiça, instituição que possui um perfil específico, ainda desconhecido por grande parte da sociedade. Os debates com os jornalistas têm possibilitado aprofundar questões sobre o Judiciário, aproximando-o da Imprensa, com a troca de informações e, conseqüentemente, o melhor conhecimento da rotina de atuação de cada instituição.

Esse empenho para estreitar os relacionamentos pode também ser percebido nas outras ações do TJMG, como o 4º *Seminário Judiciário para Comunicadores*, que, no último mês de junho, abordou o tema *Internet e Justiça*. Foram, aproximadamente, 300 inscritos, reunindo profissionais e estudantes de Comunicação e Direito, bem como servidores do TJ.

Também o programa *Conhecendo o Judiciário* promove visitas orientadas ao Tribunal e Fóruns, reúne universitários no TJ, realiza palestras de juízes nas escolas. Suas ações estão voltadas para estudantes e segmentos organizados da sociedade, para esclarecer sobre o Judiciário.

Todas essas iniciativas do TJMG mostram a valorização da interface com magistrados, servidores, formadores de opinião e sociedade. É através desse intercâmbio que a instituição judiciária busca mais proximidade e, sobretudo, diálogo e oportunidades de aperfeiçoamento de suas atividades.

## EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: Célio César Paduani;

Superintendentes de Comunicação:

Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos; Secretário

Especial da Presidência: Luiz Carlos

Elói; Secretária do Presidente: Sidneia

Simões; Assessor de Comunicação

Institucional: Ronaldo Ribeiro; Gerente

de Imprensa: Wilson Menezes;

Editoras e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RG nº MG

04592/JP; Revisão: Patrícia Melillo;

Design Gráfico: Shirley Moraes; Capa:

Daniel Fantini Fotelito e Impressão:

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).



## Encontro com a Imprensa

O TJMG promoveu, no dia 18 de junho, mais uma edição do *Encontro com a Imprensa*. Na abertura do evento, o presidente Sérgio Resende explicou aos jornalistas, estudantes e assessores de comunicação de diversos órgãos, que o encontro foi planejado depois de pedidos vindos dos próprios veículos de comunicação. “Durante as visitas que fiz às redações, vários veículos manifestaram interesse de conhecer mais sobre o Judiciário. Muitas vezes, as dúvidas que existem sobre a estrutura desse Poder dificultam a elaboração das matérias”, explicou o magistrado. Depois da abertura, o superintendente de Comunicação do TJMG, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, fez uma palestra, explicando aos cerca de 40 participantes sobre o funcionamento do Judiciário, a estrutura do TJMG e o relacionamento com as instituições que exercem funções essenciais à Justiça.

# Encontros discutem planejamento e gestão



Governador Valadares: Meta do presidente Sérgio Resende é que todas as comarcas participem dos debates

Edson Junior

Desde o início de 2009, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) está realizando encontros administrativos regionais em diversas comarcas do Estado, reunindo magistrados e servidores das comarcas vizinhas. O objetivo dos encontros é aproximar a estrutura da Secretaria do TJMG dos magistrados e servidores do interior, explicando o funcionamento da administração do Poder Judiciário, sugerindo medidas que otimizem os gastos e debatendo experiências bem-sucedidas nos campos da gestão, do planejamento estratégico e da sustentabilidade.

No primeiro semestre, foram realizados seis encontros administrativos (nas cidades de Ipatinga, Patos de Minas, Muriaé, Governador Valadares, Lavras e Divinópolis) e, até o fim do ano, outros seis estão programados. O objetivo do presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, é de que todas as 295 comarcas participem.

## Governador Valadares

O juiz de Itambacuri, Cláudio Schiavo Cruz, que participou do IV Encontro em Governador Valadares, destacou a importância

do evento para orientar os magistrados quanto às questões administrativas. Para ele, essa parte é o grande calcanhar-de-aquiles do magistado. "Temos visto mudanças mais rápidas na administração e o encontro é uma oportunidade para conhecer mais de perto o planejamento do Tribunal e discutir suas metas", ressaltou o magistrado.

Nos encontros, as palestras são proferidas por diretores de diversos órgãos da administração, como a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), a Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) e a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep). Os temas abordados vão desde as mudanças nos serviços de impressão e cópias de documentos até a economia de água e energia elétrica, metas importantes estabelecidas pelo Tribunal para a redução de gastos.

## Lavras

A servidora Gercilene Pereira dos Santos, oficial de apoio judiciário lotada na administração do Fórum de Lavras, disse

que o encontro é importante para que o servidor conheça a realidade do Tribunal e desenvolva o seu trabalho dentro dos objetivos propostos. "É mais fácil trabalhar quando sabemos quais são as metas do Tribunal, sobretudo nessa questão da sustentabilidade, porque a preocupação com o meio ambiente deve fazer parte de toda a nossa atividade", disse a servidora.

No segundo semestre, acontecerão os encontros de Uberlândia, Poços de Caldas, Montes Claros, Grande BH, Juiz de Fora e Belo Horizonte. As informações detalhadas estão no *Portal TJMG* ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)).

**O** objetivo dos encontros é aproximar a estrutura da Secretaria do TJMG dos magistrados e servidores do interior

Rossana Souza

Lavras: Reuniões abordam medidas para otimizar os gastos





Rossiana Souza

Para o desembargador Célio César Paduani, o Encor favorece o intercâmbio de experiências entre juízes que vivem a mesma realidade

## Montes Claros sedia 5º Encor

Ione Bernadete

Final de semana de palestras e debates reuniu desembargadores, juízes auxiliares da Corregedoria e juízes diretores de Foro no Norte de Minas. Ao todo, 57 juízes das comarcas integrantes da 6ª Região de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça participaram, em Montes Claros, nos dias 5 e 6 de junho, do 5º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor), que foi organizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Essa foi a segunda versão regionalizada do encontro que teve como objetivos atualizar, informar, reciclar e debater temas jurídico-administrativos de interesse geral.

A abertura do evento foi realizada pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, com a participação do 2º vice-presidente do TJMG e superinten-

dente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro.

A promoção do debate de temas que afetam o dia-a-dia dos magistrados nas mais longínquas comarcas mineiras, como também a possibilidade de intercâmbio e compartilhamento de experiências entre juízes que vivem a mesma realidade foram alguns pontos do encontro que o corregedor-geral de Justiça destacou em sua fala de abertura.

### Alvará eletrônico

O primeiro palestrante do 5º Encor foi o assessor especial da Presidência para assuntos tecnológicos, desembargador Fernando Botelho, que abordou o tema “Alvará de Soltura Eletrônico”, sistema que possibilita a soltura de presos de forma rápida e segura. Pioneiro no país, o programa, efetivamente implantado pelo TJMG, é uma criação do Tribunal em parceria com o Secretaria de Defesa Social e está em funcionamento em algumas varas da capital, de Uberlândia e de Uberaba.

O juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Paulo de Tarso Tamburini Souza, encerrou os trabalhos no primeiro dia do encontro. Ele proferiu palestra sobre a atuação do CNJ e apresentou alguns projetos desenvolvidos pelo Órgão.

No segundo dia de atividades, o desembargador Antônio Sérulo dos Santos abordou algumas questões relacionadas à adoção de crianças por casais brasileiros ou es-

trangeiros e falou sobre a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja).

Na sequência, o diretor da Secretaria de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (Sepac), da Corregedoria-Geral de Justiça, Renato Cardoso Soares, proferiu palestra sobre “As Tabelas Processuais Unificadas”.

Outras palestras abordaram os temas “Destinação de Armas, Bens e Drogas Apreendidas e Interceptações Telefônicas” e “Presídios e Projetos das Varas Regionais de Execuções Criminais”. Os juízes auxiliares da Corregedoria José Ricardo dos Santos Freitas Veras e José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça discorreram sobre os assuntos.

### Fórum permanente

O diálogo aberto, franco e construtivo entre a direção do Foro, a Corregedoria-Geral de Justiça e os advogados foi defendido pelo juiz diretor do Foro da comarca de Belo Horizonte, Marco Aurélio Ferenzini, ao proferir a palestra “Fórum Permanente”.

Os juízes auxiliares da Corregedoria André Leite Amorim Siqueira e Renato César Jardim apresentaram as “Questões Relevantes sobre a Fiscalização dos Serviços Judiciais”.

O ciclo de palestras do encontro foi encerrado pelos juízes auxiliares da Corregedoria Leopoldo Mameluque e Rogério Alves Coutinho, que abordaram o tema “A Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro”.

**O encontro teve como objetivos atualizar, informar, reciclar e debater temas jurídico-administrativos de interesse geral**

# Sacramento adere à luta pela sustentabilidade

Ione Bernadete e Patrícia Melillo

A conscientização ambiental despertou a necessidade da mudança de comportamento e da adoção de medidas efetivas em favor do meio ambiente na comarca de Sacramento, no Triângulo Mineiro, localizada a 453 km de Belo Horizonte.

Um ciclo de palestras e debates, no salão do Júri do Fórum Magalhães Drumond, e a realização da *Semana Ambiental* integraram o projeto *Colhendo ideias, plantando ações*.

O projeto foi idealizado pela oficial de apoio judicial Edna Aparecida de Oliveira e efetivado pela juíza diretora do Foro, Cíntia Fonseca Nunes Junqueira de Moraes. Os eventos reuniram servidores, juízes, promotores, autoridades públicas municipais, Polícia Militar e outros representantes da comunidade, para debater questões relacionadas aos impactos ambientais provocados pela ação do homem e para apresentar sugestões com a finalidade de minimizar o problema no município.

O projeto *Colhendo ideias, plantando ações* vai ao encontro do *Programa Sustentabilidade Legal* do TJMG, lançado no dia 3 de junho. Esse programa demonstra a preocupação do Tribunal com o desenvolvimento humano em todos os aspectos da sustentabilidade e prevê ações de orientação e apoio à preservação e à recuperação do meio ambiente, além de ampliar as iniciativas já existentes na instituição.

A *Semana Ambiental*, realizada no período de 1º a 5 de junho, teve como objetivo motivar a população a participar do projeto. Plantio e distribuição de mudas de árvores, distribuição de brindes nas rádios AM e FM da cidade para aqueles que acer-

tassem perguntas sobre o meio ambiente, exposição de faixas na zona urbana e apresentações do palhaço Júlio Pucci para reforçar, de maneira divertida, as sugestões discutidas nas palestras foram algumas das atividades desenvolvidas.

## Sementes

As sementes do projeto *Colhendo ideias, plantando ações* foram lançadas mesmo antes da inauguração oficial do *Programa Sustentabilidade Legal* do TJMG. Já no dia 13 de maio, o publicitário e ambientalista Frederico Crema ministrou palestra sobre os impactos ambientais no planeta, principalmente os gerados pela disposição inadequada de resíduos. Ele alertou para a necessidade da mudança de comportamento e sugeriu a adoção de medidas simples que podem

contribuir para atenuar os danos ao meio ambiente. Uma atitude combatida por ele foi o uso inadequado e indiscriminado das sacolas plásticas distribuídas nos supermercados e utilizadas para colocar o lixo doméstico.

Nesse primeiro encontro, cada participante recebeu um *folder* com a programação do projeto e sementes de pau d'alho, com explicações sobre as propriedades medicinais da planta e sobre sua importância para a recomposição das matas ciliares.

No dia 20 de maio, o engenheiro electricista Osny Zago, especialista em Gerenciamento Ambiental e superintendente administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, falou para os servidores e demais presentes sobre o gerenciamento do lixo urbano e explicou os projetos que estão sendo desenvolvidos no município.

**A** conscientização ambiental despertou a necessidade da mudança de comportamento e da adoção de medidas efetivas em favor do meio ambiente na comarca de Sacramento

No dia 27 de maio, os servidores e funcionários do Fórum se reuniram para avaliar o projeto e debater as questões apresentadas nas palestras. Eles expuseram suas propostas e se comprometeram a fazer uso racional do papel e a evitar o desperdício de água e energia elétrica. Essas diretrizes constam de Portaria assinada pela juíza Cíntia Fonseca de Moraes, que instituiu também uma comissão para apoio e cumprimento das medidas adotadas.



Projeto *Colhendo Ideias, Plantando Ações* distribui mudas de árvores para a população

# Palestras marcam curso

Vanderleia Rosa

A qualidade dos cursos de formação e aprimoramento de juízes e servidores, ministrados pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do Tribunal de Justiça de Minas, é reconhecida nacionalmente. A homenagem prestada pela Empresa de Correios e Telégrafos e pelo Ministério das Comunicações, no final do mês de maio, atesta essa competência. Na ocasião, foi lançado o selo comemorativo da Ejef, uma referência às três décadas de atuação da Escola.

Esse talento para a formação de magistrados concretizou-se mais uma vez, no dia 2 de julho, com a posse de onze novos juízes. Eles participaram durante quatro meses do 1º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, no formato estabelecido pela Escola Na-

cional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A determinação transforma o curso de formação em etapa final do concurso. Para o superintendente da Escola Judicial, desembargador Reynaldo Ximenes, a Ejef, como Escola pioneira, não teve dificuldades em implementar o sistema estabelecido pela Resolução 1/2007 da Enfam. Atribuiu o sucesso do curso ao apoio recebido da Presidência do TJ e à dedicação e preparo dos candidatos, dentre outros fatores.

## Abertura

Ao dar boas-vindas aos “futuros juízes de Minas”, no início do curso, o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, desejou-lhes sucesso na eta-

pa final. “Vocês estão em ótimas mãos”, declarou, referindo-se ao corpo técnico altamente qualificado da Ejef.

Nessa mesma ocasião, o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, convidado para proferir a palestra inaugural, lembrou os candidatos da nobre missão de julgar. Fazendo alusão a Rui Barbosa, ressaltou que, mais que boas leis, o país precisa de bons juízes para aplicá-las.

O desembargador abordou o “Sistema Judiciário Brasileiro e Norte-americano: enfoque comparativo”, traçando os paralelos entre as duas culturas desde a colonização.

O curso, de 777 horas-aula, contou com três módulos – Direito Penal, Público e Privado – coordenados pelos desembargadores Fernando Starling, Heloísa

Combat e Audebert Delage, respectivamente. A coordenação geral do curso ficou a cargo do desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, superintendente-adjunto da Ejef.

Outras palestras também tiveram espaço no curso de formação. Temas essenciais à atuação dos novos juízes foram abordados por especialistas. “Organização Judiciária”, “Direito Ambiental”, “Lei Maria da Penha”, “Defesa Social”, dentre outros assuntos, foram debatidos ao longo do curso.

## Lei Maria da Penha

As inovações trazidas pela Lei Maria da Penha (11.304/2006) foram apresentadas pela promotora de justiça Laís Maria Costa Silveira, que discorreu sobre o

O tema “Servidor Público” foi abordado pelo vice-governador Antônio Augusto Anastasia



# o de formação de juízes

ciclo da violência, no qual estão inseridas as mulheres que procuraram a Promotoria. "Quando uma mulher chega a pedir ajuda, raramente é a primeira vez que foi agredida. Em geral, são anos de agressão", afirmou. "A Lei Maria da Pena foi criada por isso, por que, às vezes, a violência termina até em morte."

Dentre os avanços trazidos pela lei, a promotora citou o aumento da pena para lesão corporal leve, a possibilidade de prisão preventiva do agressor e a proibição do pagamento de prestação pecuniária.

## Fixação da pena

De maneira didática e bem-humorada, o promotor Franklin Higino Caldeira Filho deu uma verdadeira aula para os participantes. Dentre os vários pontos apresentados, o palestrante destacou o histórico *habeas corpus*, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que assegurou a progressão de regime para os crimes hediondos. Nesse contexto, abordou a Lei 11.464, de 24 de março de 2007, que altera a lei dos crimes hediondos, trazendo, no entanto, frações mais severas para a progressão de regime.

## Missão do TJ

A missão e os valores do Tribunal de Justiça, bem como os desafios que o Judiciário vem enfrentando nos últimos anos, foram os temas apresentados pelo secretário especial da Presidência, Luiz Carlos Elói. Ele ressaltou que os futuros juízes não devem trabalhar preocupados em produzir sentenças maravilhosas, que serão publicadas e receberão

elogios. "Isso até pode acontecer. Contudo, não podemos nos esquecer de que trabalhamos fundamentalmente pela paz social, para melhorar a vida da comunidade", afirmou.

O assessor jurídico do TJ, Lakowsky Dolga, abordou a Organização Judiciária, com ênfase nos comentários da Lei Complementar nº 59 de 2001, além das modificações introduzidas pelas Leis Complementares nº 85 de 2005 e nº 105 de 2008.

Já o professor de Teoria Geral do Estado e de Direito Constitucional, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, um dos fundadores da Ejef, explicou as diferenças entre o "Poder Pessoal e o Poder Institucional", frisando que o poder pessoal é inerente ao ser humano e deve ser exercido para as questões particulares. Já o poder institucional está relacionado à função assumida perante o Estado e a sociedade, devendo, no caso do magistrado, ser exercido nos limites da jurisdição e da competência estabelecida, completou.

Num convite à reflexão, o secretário de Estado de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, abordou o "Sistema de Defesa Social em Minas Gerais e sua Integração com o Sistema de Justiça" e os "Impactos Socioeconômicos das Decisões Judiciais no Âmbito da Execução Penal".

**Luiz Carlos Elói ressaltou que nenhum profissional do TJMG pode se esquecer de que trabalha fundamentalmente pela paz social e pela melhoria da vida da comunidade**



O desembargador Rogério Medeiros profere palestra inaugural para os novos juízes

micos das Decisões Judiciais no Âmbito da Execução Penal".

Maurício Campos falou de sua experiência na Defesa Social e dos desafios encontrados - desenvolver o papel de articulador, encontrar parceiros e dividir responsabilidades. Enfatizou que a solução para problemas comuns e antigos do Judiciário, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, dentre outras instituições, passa pela integração e alinhamento de estratégias.

## Meio ambiente

O primeiro palestrante a dar sua contribuição sobre o tema foi o diretor de Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), biólogo e professor Célio Valle. Ele abordou a importância da reserva legal para a preservação da biodiversidade, garantindo que é possível conciliar, em um mesmo ambiente, tecnologia e biodiversidade.

Já a promotora de Justiça do Meio Ambiente, Lilian Maria Ferreira Marotta Moreira, falou da atuação do Ministério Público em questões relacionadas ao

meio ambiente. Ressaltou que a lei sobre o meio ambiente, embora antiga, não era aplicada. Hoje, a conduta irracional do homem tem gerado um alerta internacional, completou. Lilian Marotta destacou as decisões avançadas do Judiciário de Minas em questões ambientais.

## Servidor público

O tema "Servidor Público" foi abordado pelo vice-governador de Minas, professor Antônio Augusto Junho Anastasia, que elaborou um retrospecto da função pública no Brasil, abrangendo décadas da história administrativa no País.

Outras autoridades do Direito também contribuíram para a qualidade do curso de formação de juízes, dentre eles, o advogado Sacha Calmon Navarro Coelho e os professores Juarez Freitas, do Rio Grande do Sul; Wilba Lúcia Maia Bernardes, Florivaldo Dutra de Araújo e José Alfredo Borges, de Minas Gerais, e, como último palestrante, o desembargador Doorgal Borges de Andrada.

# CNJ sugere método único de gestão

Maria Luiza Gondim

O plano estratégico para o Judiciário, proposto no início de 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi elaborado a partir de método criado por professores da *Harvard Business School*, o *Balanced Scorecard (BSC)*. A expectativa é que todos os Tribunais do país adotem e elaborem sua gestão baseando-se nesse modelo.

De acordo com o CNJ, para a implantação do plano, deve-se observar a realidade de cada tribunal, com indicadores e respectivas metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazos, bem como os meios necessários ao seu alcance.

O mapa estratégico do Poder Judiciário reúne os objetivos institucionais e linhas comuns de atuação. Esse mapa é estruturado em três aspectos: Recursos (gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia e orçamento), Processos Internos (alinhamento e integração, atuação institucional, eficiência operacional, acesso ao sistema da Justiça e responsabilidade social) e Sociedade (missão, visão de futuro e credibilidade).

O Tribunal de Santa Catarina, o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já utilizam o *BSC*.

## A experiência do STJ

O STJ está no terceiro ciclo de planejamento com base no *BSC*, desde que o implantou em 2004. A etapa atual, prevista para terminar em 2010, é de acompanhamento das ações e resultados, análise estratégica e adoção de ações corretivas.

De acordo com a coordenadora de Planejamento Estratégico e Modernização do STJ, Ana Cláudia Faria, os principais benefícios de sua implantação são o "comprometimento das pessoas com os resultados pretendidos pela Organização e a geração de informações importantes e em tempo real para a tomada de decisões administrativas".

Ana Cláudia destaca que para a introdução do sistema foi necessário o treinamento da

**D**e acordo com o CNJ, para a implantação do plano, deve-se observar a realidade de cada tribunal, com indicadores e respectivas metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazos

equipe de gestão estratégica. Segundo ela, o envolvimento de gerentes e servidores na definição dos elementos fundamentais do planejamento é primordial para a adesão ao *BSC*. Esses elementos são missão, visão, valores, cenários, objetivos, metas, indicadores e iniciativas e plano de comunicação/divulgação do planejamento.

## O TJMG

A experiência do STJ foi apresentada no I Encontro de Assesores de Gestão Estratégica da Justiça Estadual, promovido pelo CNJ, no período de 3 a 5 de junho. O objetivo foi discutir a metodologia *BSC*, trocar experiências e nivelar o conhecimento dos participantes.

A coordenadora do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), Dalila Petriconi, e a servidora Eliane Zaramella representaram o TJMG no encontro.

De acordo com Dalila Petriconi, o TJMG já estuda a possibilidade de implantação do *BSC*. Ela explica que o planejamento atual não será descartado, serão feitas apenas alterações na metodologia.

Da mesma forma que a metodologia *Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD)*, utilizada no TJMG, o *BSC* trabalha com elaboração de objetivos e metas, planos de ação, mapas estratégicos e indicadores.

O TJMG já possui missão, visão e valores definidos e estabelece objetivos institucionais, o que facilita a adaptação ao novo sistema. Além disso, utiliza o planejamento estratégico há cerca de 10 anos.

Plano reúne objetivos institucionais e linhas de atuação

### Mapa Estratégico do Poder Judiciário Missão: Realizar Justiça

#### Sociedade

#### Visão de Futuro:

Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social

#### Processos internos

Eficiência operacional / Acesso ao sistema de Justiça / Responsabilidade social  
Alinhamento e integração / Atuação institucional

#### Recursos

Gestão de pessoas / Infraestrutura e tecnologia / Orçamento



Rossana Souza

Idalmo Constantino: referência para os servidores do Tribunal

# Prazer em atender bem

Lucas Loyola

**“Apesar de já terem se passado 35 anos, parece que foram 35 meses, pelo dinamismo do trabalho e pelo aprendizado contínuo. Cada dia é um dia”. Essas foram as palavras de Idalmo Constantino ao se referir ao trabalho que vem desenvolvendo no TJMG há mais de três décadas. Considerado por muitos como um ícone de excelência na prestação de serviço, com simpatia e elegância, esse assessor especial da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), durante muito tempo, foi o primeiro contato da instituição com o servidor que tomava posse. Foi *office-boy*, contínuo, servente, operador de som e oficial de Justiça nos plenários. Único funcionário a fazer parte de sessão secreta da Corte em julgamento de processo administrativo, esse “curinga”, nascido em Diamantina, está em seu segundo mandato à frente da presidência do Conselho Fiscal do Sindicato dos servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais (Sinjus). Atua também na Cooperativa dos Servidores da Justiça e é conselheiro benemérito do Clube Atlético Mineiro.**

**TJMG Informativo - O que representam para você esses 35 anos de carreira no serviço público?**

**IC** - Representam exatamente a minha vida. O Tribunal me ensinou tudo que sei, me deu todas as oportunidades que tenho hoje. Praticamente, foi meu primeiro emprego, foi minha projeção social, moldou minha personalidade e meu caráter.

**TJMG Informativo - O que mudou entre o TJ de ontem e de hoje, o que se ganhou e o que se perdeu?**

**IC** - Hoje não tem mais aquela convivência familiar, de 30 anos atrás, quando todo mundo conhecia todo mundo. Houve um crescimento e ele fez com que o TJ adotasse uma postura empresarial para acompanhar os novos tempos. Perdeu-se no convívio familiar e ganhou-se na agilização dos procedimentos.

**TJMG Informativo - O que você preserva e o que você descartou daquele Idalmo de três décadas atrás?**

**IC** - Minha conduta se mantém: a mesma maneira de ouvir e de receber o servidor. Eu me coloco do outro lado do balcão, no lugar do outro, não faço com ele o que não quero que façam comigo. Gostaria de recomeçar, virar a página. Estou mais próximo da saída do que do ingresso no TJ. Não é o momento de parar, tenho muita disposição. Enquanto for útil, quero trabalhar, sou muito realizado naquilo que faço.

**TJMG Informativo - Para criar seu estilo de trabalhar você se baseou em alguém?**

**IC** - Sim. No desembargador Edésio Fernandes, que foi como um pai para mim. Também me inspirei no secretário da Presidência, Ivan Arruda de Oliveira, um *gentleman*, uma referência até em minha forma de vestir. Eu fui uma ponte entre o TJ e outros órgãos públicos por trabalhar diretamente com ele. Não posso deixar de citar também o professor Ricardo Fiuza, um mestre para todos nós.

# Novas impressoras do TJ economizam papel

Daniela Lima

Até o final de julho, todas as unidades do TJMG, incluindo as comarcas do interior, terão impressoras a laser que, automaticamente, utilizam frente e verso do papel. A medida, além de representar significativa economia, alinha-se às ações do *Programa Sustentabilidade Legal* (PSL), lançado recentemente pelo Tribunal, e às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O novo contrato de terceirização de serviço de impressão e reprografia assinado com a empresa Simpress contempla cerca de mil impressoras multifuncionais, que fazem impressão, cópia e digitalização, e cerca de mil máquinas que fazem apenas impressão. Elas irão substituir em torno de 1,5 mil impressoras multifuncionais da empresa Xerox.

“Percebemos que em muitos lugares não havia necessidade de uma impressora multifuncional; há hoje uma maior demanda por apenas impressão, por isso optamos por contratar impressoras comuns também”, afirma Fabiano de Melo Mendes, gerente de Suporte à Operação de Equipamento e gestor do contrato.

Comarcas menores do interior, por exemplo, poderão receber uma multifuncional e duas impressoras comuns. Ambas imprimem frente e verso, mas a máquina que só imprime é mais rápida e demanda menos manutenção por não ser muito manuseada pelo usuário.

## Gerenciamento

Com a terceirização, o Tribunal mantém a atualização tecnológica, não precisa fazer estoque de suprimentos e a manutenção dos equipamentos fica a cargo da empresa contratada.

O Tribunal conta ainda com um parque próprio de cerca de 2 mil impressoras a laser. A tendência é descartar essas máquinas quando a vida útil delas acabar, e deixar todo o serviço de impressão a cargo da terceirização.



Funcionário da Simpress instala novas impressoras e dá treinamento aos funcionários do TJ

Rossana Souza

O volume estimado no TJMG é de 5,7 milhões de cópias/mês. No novo contrato, o custo de cada cópia ou impressão é de R\$ 0,059; no contrato anterior era de R\$ 0,087.

Além do preço menor e da preocupação em utilizar máquinas com consumo eficiente de energia, a maior economia será na redução do consumo de papel. “Os novos equipamentos possuem mais funcionalidade que os outros, mas o usuário tem que fazer a sua parte; imprimir frente e verso é muito fácil, é preciso que ele se conscientize”, frisa Fabiano.

## Vantagens

Outra vantagem do novo contrato é a ferramenta de gestão que permite à Gerência de Suporte à Operação de Equipamento (Geope), do TJMG, monitorar todas as impressoras remotamente. Pode-se acompanhar o desempenho de cada máquina: nú-

mero total de cópias, quantas na modalidade frente/verso, o consumo de energia etc.

Essa ferramenta também permite à Simpress o gerenciamento de defeitos. Ela pode verificar remotamente, por exemplo, se a impressora está sem papel, com bandeja aberta ou com papel atolado.

O treinamento básico para a correta utilização das principais funções dos equipamentos é dado no ato da instalação e uma cartilha com o manual de operações já está disponível na intranet do TJMG.

**Quem precisar de serviço de manutenção pode fazer contato com a Central de Suporte pelo telefone 0800-7077235**

# Preparação torna reunião mais produtiva

Francis Rose

Ser convocado para uma reunião de trabalho, na maioria das vezes, não soa como um compromisso dos mais animadores. Quem participa, rotineiramente, de encontros corporativos quase sempre tem histórias de sobra sobre reuniões improdutivas, que, no fim das contas, só serviram para atrasar as tarefas do dia-a-dia.

Se há falas longas demais, sono entre os participantes e nenhuma decisão prática, alguma coisa está errada. Nesse caso, não há como simplesmente banir a realização das reuniões. Os encontros são necessários e, se bem organizados, imprescindíveis para a tomada de decisões. Assim, é fundamental que dirigentes e gestores procurem conhecer as ferramentas para tornar a reunião proveitosa.

A consultora de empresas e professora de pós-graduação Soraya Gervásio lembra que as reuniões fortalecem o espírito de equipe e facilitam o desenvolvimento de planos de ação. "Em

**O**s encontros de trabalho são necessários e, se bem organizados, imprescindíveis para a tomada de decisões

uma reunião, é possível estabelecer prioridades, delegar tarefas e assumir responsabilidades", afirma.

A dica da especialista é que a pessoa que vai conduzir o encontro se prepare. "A reunião será mais rápida se quem vai conduzi-la estudar os temas antecipadamente", avisa. Muitas vezes, ao reunir informações, o gestor descobre que a reunião é desnecessária.

## Convocação

Ponto fundamental para o sucesso do encontro é não convidar gente demais. "Só devem ser

convocadas as pessoas envolvidas com o assunto e que sejam fundamentais para a discussão. Ninguém deve ser obrigado a participar da reunião toda, ouvindo o debate sobre assuntos com os quais não tem qualquer relação", ensina.

Soraya acredita que respeitar o tempo de duração da reunião é possível. Para isso, todos devem se ater, rigorosamente, ao tema em pauta. "Muita gente não se prepara com antecedência e gasta tempo da reunião tentando chegar a uma conclusão."

Também é importante fazer uma ata. O documento permite saber quem se comprometeu a fazer o quê, em qual prazo. A ata deve ser enviada somente às pessoas envolvidas com o assunto e aos setores que serão impactados pelas ações. Terminada a reunião, o gestor avalia se os objetivos pretendidos foram alcançados e como será o acompanhamento das ações estabelecidas.

## Opiniões

A desembargadora Cláudia Maia, da 13ª Câmara Cível do TJMG, tem o costume de elaborar uma pauta antes das reuniões em seu gabinete. "Ao longo do tempo, vou registrando os assuntos que precisam ser tratados. Quando já há temas suficientes para

justificar uma reunião, convoco as pessoas", conta.

Cláudia Maia procura agendar as reuniões no fim da tarde, para não interromper as atividades de todos. "Cada participante deve emitir a sua opinião e ter a possibilidade de apresentar dados", explica. Depois dos encontros, a desembargadora avalia os resultados e sintetiza o que ficou decidido.

## Tome nota

- A reunião deve durar, no máximo, uma hora. Esse tempo precisa ser respeitado
- Prepare uma pauta com antecedência, com a lista dos assuntos abordados, o horário reservado para cada um deles e o nome da pessoa que fará a exposição de cada tema
- A pauta deve ser enviada a todos os participantes que, necessariamente, precisam se preparar
- Franqueza é fundamental. Se um dos participantes desvia o assunto ou alonga sua fala, o gestor precisa intervir, deixando clara a necessidade de não fugir ao tema proposto
- Sempre faça uma ata da reunião, contendo assuntos tratados, objetivos previstos e realizados, ações estabelecidas, nome dos responsáveis por cada ação, prazos de execução e datas de acompanhamento
- Cada participante deve receber apenas a parte da ata que diz respeito à sua área

Rossana Souza



Antes de reunir sua equipe, a desembargadora Cláudia Maia elabora uma pauta com os assuntos que precisam ser discutidos

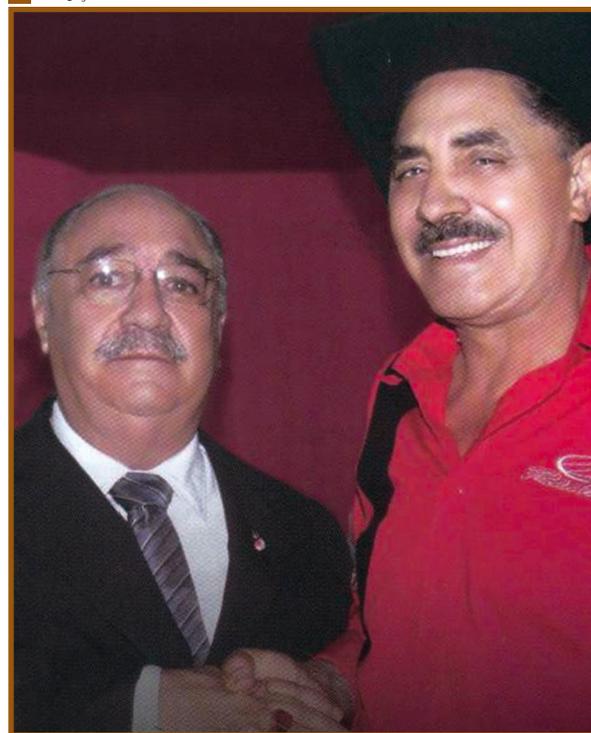
# Música sertaneja de tradição

Alexandre Lacerda

O desembargador aposentado do TJMG, José Amâncio, participou da produção e da composição das canções do CD "Taça de Ouro", do Trio Parada Dura. Ele também toca berrante na faixa "Memórias de um Peão" e declama na música "Saudade Pantaneira". O grupo sertanejo é composto por Leone, Leonito e Mangabinha.

Nascido em Rochedo (MS), José Amâncio é um apaixonado pela música sertaneja e, atualmente, tem se dedicado bastante às canções. "Fiquei muito satisfeito com o resultado da produção e acredito que meu período livre tem sido bem aproveitado depois da aposentadoria". Produzido pela *MB Music*, em São Paulo, desde o seu lançamento, o CD já vendeu mais de 30 mil cópias.

Divulgação



Desembargador José Amâncio com o músico Mangabinha

## CLICK DO LEITOR



Helen Cinara

Vista do cais da Baía de Paraty, a Igreja de Santa Rita é o eterno cartão postal da cidade fluminense. Em 1722, os homens pardos libertos iniciaram a construção dessa igreja, em louvor ao Menino Jesus, à Santa Rita e à Santa Quitéria. O conjunto, composto de Igreja, consistório, sacristia, cemitério e pátio ajardinado, foi tombado em 1952, pela Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional e restaurado no período de 1967 a 1976. A partir de então, passou a abrigar também o Museu de Arte Sacra de Paraty.

*Helen Cinara - Oficial de Apoio Judicial/Comarca de Jequeri*

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).